

ANO I - EDIÇÃO Nº 98 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Terça-Feira, 02 de agosto de 2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 600/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECEER lotação ao servidor MOZART DIAS MARTINS, Analista Ministerial Especializado – Análise de Sistemas, Matrícula nº 140616, no Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação, a partir de 29 de julho de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 29 de julho de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 601/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça Substituto ROGÉRIO RODRIGO FERREIRA MOTA para responder, cumulativamente, pela 4ª Promotoria de Justiça da Capital, no período de 01 a 05 de agosto de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 29 de julho de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2014.0701.00340

ASSUNTO: Prorrogação do prazo do Contrato nº 085/2014 – Locação de Imóvel para abrigar a Promotoria de Justiça de Augustinópolis-TO – Segundo Termo Aditivo.

DESPACHO Nº 334/2016 – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 7, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e em consonância com o Parecer Administrativo nº 114/2016, às fls. 395/397, emitido pela Assessoria Especial Jurídica deste Órgão, AUTORIZO a prorrogação do Contrato nº 085/2014, entre a PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA e a empresa JOSÉ VIEIRA DE MOURA – ZE BELO-ME, referente à locação de Imóvel para abrigar a Promotoria de Justiça de Augustinópolis – TO, por mais 03 (três) meses, a partir de 03 de agosto de 2016, deferindo a lavratura definitiva do Segundo Termo Aditivo ao referido Contrato, e determinando o encaminhamento dos presentes autos à Diretoria-

Geral para as devidas providências.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 27 de julho de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA DG Nº 102/2016

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 004/2013, de 17 de janeiro de 2013.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido junto à Corregedoria-Geral, exposta no requerimento sob protocolo nº 07010136068201621, de 29 de julho de 2016, da lavra do Dr. João Rodrigues Filho, Procurador de Justiça e Corregedor-Geral.

RESOLVE:

Art. 1º. Interromper, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Dálethe Borges Messias, a partir do dia 29/07/2016, referentes ao período aquisitivo 2013/2014, marcadas anteriormente de 18/07/2016 a 04/08/2016, assegurando o direito de usufruto dos 07 (sete) dias restantes em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 01 de agosto de 2016.

Uilton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº.: 056/2016

Processo nº.: 2015/0701/000041

CONTRATANTE: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

CONTRATADA: DISMAQ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO SPLIT, incluindo as instalações das partes elétricas, drenos e demais serviços de estrutura e acabamentos, com o fim de atender as necessidades da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas, conforme discriminação da Ata de Registro de Preços nº 029/2015, oriunda do Edital do Pregão Presencial Nº 016/2015, Processo administrativo nº 2015.0701.000041, parte integrante do presente instrumento.

VALOR TOTAL: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto o valor total de R\$ 9.850,00 (nove mil e oitocentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: A partir da assinatura até 31 de dezembro de 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILTON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES
Corregedora-Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

MODALIDADE: Pregão Presencial, Lei nº 10.520/2002.

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39 e 4.4.90.52

ASSINATURA: 22/07/2016

SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.
Contratada: Franciezio Melo de Araújo.

FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS
Diretor-Geral em Substituição
P.G.J.

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARRAIAS

EXTRATO DE PORTARIA DE INQUÉRITO CIVIL

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil para conhecimento da sociedade a fim de que qualquer interessado durante a sua tramitação no exercício da cidadania apresente informações, documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados:

PORTARIA nº 07/2016;

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Arraias;

FUNDAMENTOS JURÍDICOS: art. 129, III e IX, da Constituição Federal, artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei nº 7.347/85, artigo 26, inciso I, da Lei nº 8.625/1993 e artigos 61, I, e 63 da LC Estadual nº 51/2008, Lei nº 12.652/2012;

ORIGEM: Notícia de Fato nº 047/2016 protocolizada NATURATINS;

ASSUNTO: Meio Ambiente;

FATOS EM APURAÇÃO: apurar eventual violação às normas do art. 225, da Constituição Federal e da Lei nº 12.651/2012, suposta prática de dano ambiental pelo desmatamento e apurar eventuais responsabilidades pelos ilícitos se demonstrados;

EXTRATO DE PORTARIA DE INQUÉRITO CIVIL

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil para conhecimento da sociedade a fim de que qualquer interessado durante a sua tramitação no exercício da cidadania apresente informações, documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados:

PORTARIA nº 08/2016;

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Arraias;

FUNDAMENTOS JURÍDICOS: art. 129, III e IX, da Constituição Federal, artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei nº 7.347/85, artigo 26, inciso I, da Lei nº 8.625/1993 e artigos 61, I, e 63 da LC Estadual nº 51/2008, Lei nº 9.433/97;

ORIGEM: Notícia de Fato nº 158/2015 apresentada pelo Senhor Cassiano Fernandes da Silva e outros;

ASSUNTO: Meio Ambiente;

FATOS EM APURAÇÃO: apurar eventual violação às normas do art. 225, da Constituição Federal e da Lei 9.433/97 e suposta prática de dano ambiental pela obra irregular nas mediações do Rio Arraias e apurar eventuais responsabilidades pelos ilícitos se demonstrados; INVESTIGADA: CIENGE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 00.407.338/0001-42;

LOCAL E DATA DE INSTAURAÇÃO: Arraias, 19 de julho de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INQUÉRITO CIVIL

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil para conhecimento da sociedade a fim de que qualquer interessado durante a sua tramitação no exercício da cidadania apresente informações, documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados:

PORTARIA nº 09/2016;

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Arraias;

FUNDAMENTOS JURÍDICOS: art. 129, III e IX, da Constituição Federal, artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei nº 7.347/85, artigo 26, inciso I, da Lei nº 8.625/1993 e artigos 61, I, e 63 da LC Estadual nº 51/2008, Lei nº 10.257/2001;

ORIGEM: Notícia de Fato nº 188/2015 apresentada pela Senhora Leonor Santos Rodrigues;

ASSUNTO: Ordem urbanística;

FATOS EM APURAÇÃO: apurar eventual violação às normas do

art. 182, da Constituição Federal e da Lei 10.257/2001, investigar eventual lesão ou ameaça de lesão ao direito difuso à ordem urbanística pelo Município de Arraias e apurar eventuais responsabilidades pelos ilícitos se demonstrados;
 INVESTIGADO: Município de Arraias;
 LOCAL E DATA DE INSTAURAÇÃO: Arraias, 19 de julho de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INQUÉRITO CIVIL

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil para conhecimento da sociedade a fim de que qualquer interessado durante a sua tramitação no exercício da cidadania apresente informações, documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados:
 PORTARIA nº 10/2016;
 INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Arraias;
 FUNDAMENTOS JURÍDICOS: art. 129, III e IX, da Constituição Federal, artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei nº 7.347/85, artigo 26, inciso I, da Lei nº 8.625/1993 e artigos 61, I, e 63 da LC Estadual nº 51/2008, Lei nº 8.429/92;
 ORIGEM: Notícia de Fato nº 067/2016 apresentada pela Senhora Benícia dos Santos;
 ASSUNTO: Improbidade Administrativa;
 FATOS EM APURAÇÃO: investigar eventual prática dos atos de improbidade administrativa previstos no art. 9º, XI e do art. 10, I, da Lei nº 8.429/92 e apurar eventuais responsabilidades pelos ilícitos se demonstrados e outros atos de improbidade administrativa eventualmente praticados por agentes públicos municipais;
 INVESTIGADOS: em apuração;
 LOCAL E DATA DE INSTAURAÇÃO: Arraias, 19 de julho de 2016.

9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 040/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
 PORTARIA N.º 042/2016
 INVESTIGANTE: 9.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gurupi-TO
 FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2.º, Inciso III, §§ 6º e 7.º, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP e 4.º, §§ 3.º e 4.º Resolução n.º 003/2008, do CSMP.
 DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 26/2016 – 9ª PJ Gurupi-TO
 ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente > Seção Cível > Medidas de Proteção
 FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar situação de risco e vulnerabilidade da criança M.D.G.S.R (10 anos de idade), que apresenta comportamento agressivo e sem controle na escola e com os familiares, no município de Gurupi-TO.
 REPRESENTANTE: Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Gurupi-TO
 REPRESENTADO: Jocemário Gomes Rocha e Juliane de Souza Rocha (pais)
 ÁREA DE ATUAÇÃO: Normas Protetivas da Infância e Juventude
 DATA DA INSTAURAÇÃO: 27 de julho de 2016.
 DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 27/07/2017

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a

instauração do Inquérito Civil Público nº 041/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente a Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
 PORTARIA N.º 43/16
 INVESTIGANTE: Jussara Barreira Silva Amorim, 9ª Promotora de Justiça de Gurupi-TO
 FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2.º, Inciso III, §§ 6º e 7.º, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP e 4.º, §§ 3.º e 4.º Resolução n.º 003/2008, do CSMP.
 DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 047/2016.
 ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente (9633)/ Seção Cível (9964)/ Maus Tratos (9967/ Medidas de Proteção (11818).
 FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar situação de risco e vulnerabilidade do adolescente F.J.S.L. (13 anos de idade), consistente em agressões físicas supostamente praticadas por parte do padrasto, Rodrigo de Tal, o qual espanca o adolescente de forma cruel e brutal, pois o faz com o lado da fivela do cinto, no município de Gurupi/TO.
 REPRESENTANTE: Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Gurupi-TO.
 LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 28 de julho de 2016.
 DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 27/07/2017

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEDRO AFONSO

EXTRATO DE PORTARIA PARA PUBLICAÇÃO PORTARIA 033/2016 – INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO 033/2016

Investigante: Promotor de Justiça Luiz Antônio Francisco Pinto
 Fundamentos: Art. 129, III e VI da Constituição da República, art. 25, IV, da Lei nº 8.625/93.
 Origem: Representação “anônima”.
 Finalidade: Apurar fatos ocorridos no município de Pedro Afonso, tratando-se de existência de aterro, supostamente irregular, de resíduos sólidos de construção situado ao lado direito do Posto Pedro Afonso e às margens do córrego Ribeirão.
 Investigado(s): Município de Pedro Afonso-TO e João Divino Carneiro de Sousa.
 Local e data da instauração: Pedro Afonso-TO, 28 de julho de 2016.

7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente procedimento preparatório de inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
 PORTARIA Nº: ICP 07/16
 INVESTIGANTE: 7ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional/TO
 FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 25, inciso IV, alínea a, da Lei nº 8.625/93, artigo 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85, arts. 60, inciso VII e 61 da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e Lei 10.741/03.
 FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar a inexistência de Fundo Municipal dos Direitos dos Idosos, a inoperância do CMI e a falta de Política Pública que garanta o acolhimento de idosos em situação de risco ou vulnerabilidade de modo a subsidiar, se for o caso, a adoção das medidas judiciais cabíveis a fim de compelir a implementação e operacionalização do Conselho Municipal do Idoso, de Política Pública de acolhimento de idosos em situação de risco ou vulnerabilidade, bem como a criação do Fundo Municipal dos Direitos

dos Idosos.

INVESTIGADO(S): Município de Oliveira de Fátima – TO, Conselho Municipal da Pessoa Idosa.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional-TO, 18/04/2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente procedimento preparatório de inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: ICP 09/16

INVESTIGANTE: 7ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional/TO

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 25, inciso IV, alínea a, da Lei nº 8.625/93, artigo 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85, arts. 60, inciso VII e 61 da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e Portaria SAS nº 55/99.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Compelir a regularização do pagamento do TFD quanto ao custeio de alimentação aos usuários SUS do município de Silvanópolis/TO.

INVESTIGADO(S): Município de Silvanópolis e Secretaria Municipal de Saúde de Silvanópolis.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional-TO, 26/04/2016.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ANANÁS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 05/2016

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 006/2016

INVESTIGANTE: Celsimar Custódio Silva – Promotor de Justiça

FUNDAMENTOS:

Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 60 e 80, § 1o, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Promotoria de Justiça de Ananás/TO.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar irregularidades na contratação temporária de servidores públicos na cidade de Riachinho como também a existência de servidores públicos “fantasmas” nas subsecretarias municipais.

INVESTIGADO(S): Governo do Estado do Tocantins.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Ananás/TO, 28 de Julho de 2016.

QUEREMOS OUVIR VOCÊ!

OUVIDORIA MPE
Sugira • Denuncie • Questione

(63) 3216-7598
(63) 3216-7575
www.mpto.mp.br
ouvidoria@mpto.mp.br